

As posições dos credores

por Claudia de Souza
de São Paulo

Se dependesse dos bancos comerciais, o Brasil voltaria a obedecer os termos do acordo firmado com a comunidade financeira internacional em 1988. Ontem, o vice-presidente da Bankers Trust Company, do Bankers Trust New York Corporation, defendeu o argumento de que o novo plano econômico do presidente Fernando Collor de Mello, ao estabelecer que este ano sairão somente US\$ 5 bilhões em remessas de serviço de dívida, ignora o que ele vê como necessidade de obter credibilidade e confiança junto à comunidade financeira internacional para que o País restabele-

ça o fluxo de capital externo de que necessita, não dos bancos — que ele admite não estarem — disponíveis para emprestar “dinheiro novo” — mas para os investidores internacionais.

A visão de outros participantes dos debates de ontem no Centro de Convenções Rebouças em São Paulo, também observadores atentos da volta do Brasil ao cenário de renegociação da dívida externa, ligados à administração norte-americana, é bem diversa.

As companhias multinacionais com negócios no Brasil têm interesses diametralmente opostos daqueles que defendem o pagamento pelo Brasil dos juros atrasados aos bancos

comerciais, por se tratar de recursos da economia brasileira que compram bens que elas exportam ao Brasil e irrigam o mercado interno a que suas subsidiárias se dirigem, argumentou ontem a este jornal Lee Price, um ex-lobbista que trabalha hoje na comissão econômica do Congresso norte-americano.

Ele lembra também que, no âmbito das preocupações do Congresso, o tom agressivo que porventura seja usado pelos bancos comerciais não encontrará ressonância. Os congressistas não estão mais preocupados, embora isso tenha ocorrido alguns anos atrás, com a estabilidade financeira dos bancos envolvidos em financiamen-

tos aos países não desenvolvidos. “Alguns democratas são, na verdade e populisticamente, contra os bancos”, ele diz.

A administração norte-americana estaria favorecendo, a seu ver, a retórica democrata, na atual administração. “Eles reconhecem que a carga para pagamento de serviço da dívida sobre esses países foi excessiva”, afirmou Price ontem a este jornal. Ele lembra também que os congressistas respondem a seus eleitores e a questão como um todo não toma a atenção, a não ser talvez o que envolve a Polônia. Quanto ao Tesouro norte-americano, “ele já foi tão longe quanto o Brasil precisa”, ele argumenta.